



Significância Cultural dos remanescentes da antiga Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, Rio Largo / Alagoas

Rosemary Lopes Rodrigues

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos,
São Paulo
Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Jacareí, São Paulo
 <https://orcid.org/0000-0003-3682-8451>
E-mail: rosemary.lopes@ifsp.edu.br

Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas
 <https://orcid.org/0000-0001-5018-626X>
E-mail: lucia.hidaka@fau.ufal.br

Resumo: Dentre os remanescentes da industrialização do estado de Alagoas do fim do século XIX, temos a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT), constituída por duas fábricas têxteis que foram implantadas no atual município de Rio Largo, com atividades encerradas nos anos de 1980. Sendo a segunda indústria alagoana dessa natureza, a companhia edificou uma paisagem específica no interior do estado, atribuindo caráter urbano a um ambiente que por anos fora ocupado por engenhos de açúcar. Este artigo buscou caracterizar a vila operária construída pela CAFT, evidenciando sua Significância Cultural enquanto sítio industrial que testemunha um período da história urbana de Alagoas. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos e de campo. Pretendemos discutir a complexidade desse patrimônio que não pode ser compreendido e interpretado isoladamente, pois a implantação da CAFT proporcionou novas dinâmicas com o ambiente natural, construído e com a sociedade da qual fez e ainda faz parte.

Palavras-chave: Vila Operária; Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos; Significância Cultural; História Urbana; Alagoas.

Cultural Significance of the remnants of the ancient Alagoas Company of Spinnign and Fabrics, Rio Largo/AL

Abstract: Among the remnants of the industrialization of the state of Alagoas at the end of the 19th century, we have the Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT), consisting of two textile factories that were established in the current municipality of Rio Largo, it had its activities closed in the 1980s. Being the second industry in Alagoas of this nature, the company built a specific landscape in the interior of the state, attributing an urban character to an environment that for years had been occupied by sugar mills. This article sought to characterize the working village built by CAFT, highlighting its Cultural Significance as an industrial site that witnessed a period of the urban history of Alagoas. Therefore, bibliographic and field surveys were carried out. We intend to discuss the complexity of this heritage that cannot be understood and interpreted in isolation, since the implementation of CAFT provided new dynamics with the natural and built environment and with the society of which it was and still is a part.

Keywords: Productive Habitats; Alagoas Company of Spinnign and Fabrics; Cultural Significance; Urban History; Alagoas.

Texto recebido em: 31/03/2022**Texto aprovado em: 09/06/2022****Introdução: o legado industrial como patrimônio**

O patrimônio industrial é constituído por todos os edifícios, estruturas, maquinários, sistemas etc., que possibilitaram a instalação e funcionamento da indústria, e expressam valores históricos, sociais, científicos, tecnológicos e arquitetônicos de uma determinada sociedade (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2003). No Brasil, parte do legado deixado pelo início da industrialização está em situação de abandono, não sendo muitas vezes reconhecido como patrimônio. Em Alagoas, na lista de bens tombados pelas instâncias estadual e federal o único representante do patrimônio industrial é o sítio histórico da antiga Usina Hidrelétrica de Angiquinho, situada no município de Delmiro Gouveia. Nos surpreende perceber que o estado de Alagoas, cuja base histórica esteve concentrada no fabrico do açúcar realizado em antigos engenhos e, posteriormente, na atividade de suas indústrias têxteis, não apresente mais exemplares dessa natureza com o devido reconhecimento patrimonial.²

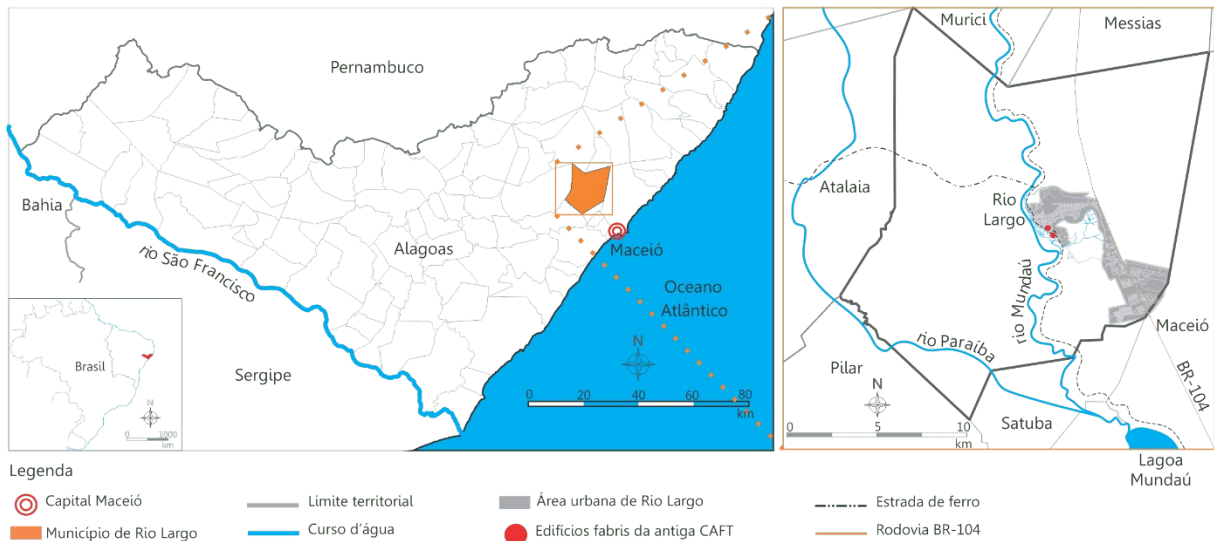
Apesar do pouco reconhecimento, inúmeros são os estudos e tentativas de reintegração de sítios industriais ou edifícios isolados à urbanidade. No entanto, problemas são encontrados nas práticas de gestão e conservação desse tipo de patrimônio, geralmente vítimas de medidas que se contrapõem às reflexões teóricas do campo da conservação (KÜHL, 2008). Dentre os problemas apresentados pela literatura que discute a proteção do patrimônio industrial está o fato dessas instalações ocuparem extensas áreas na cidade, e muitos de seus edifícios não possuem apreciação estética que induza à valoração, tutela e reconhecimento como patrimônio cultural (RAHOLA, 2007; RUFINONI, 2013).

Muitas indústrias impulsionaram a fundação de cidades, consolidando um meio urbano próprio. Segundo Ibáñez (1998, p. 92, tradução nossa), “ao longo do tempo [as instalações industriais] tem definido um espaço, conformado uma paisagem, e é esse processo o que lhes tem dado valor. Se se destrói esse ambiente se altera por completo seu valor”.³ Há um contexto territorial próprio do patrimônio industrial pelo conjunto de relações que constrói com o lugar de sua implantação, por isso, as análises do espaço construído pela indústria devem levar em consideração fatores econômicos, ambientais, sociais, culturais, ideológico, entre

outros. O entendimento das razões que levaram a implantação de uma fábrica em determinado sítio, as tecnologias introduzidas por ela no local, as mudanças realizadas no território e seus impactos na sociedade, faz com que valores patrimoniais passem a ser atribuídos a seus remanescentes.

Por valores entendemos a qualidade comunicacional e simbólica de determinado objeto que não está intrínseca a ele, mas lhe é atribuída após um processo interpretativo (VIÑAS, 2011). Os valores patrimoniais são interpretados segundo os atributos presentes no bem, esses são entendidos aqui como as características ou qualidades físicas, biológicas ou antrópicas. De acordo com Carneiro e Silva (2012, p. 150) “a aparência dos bens patrimoniais resulta da combinação de seus atributos, naturais ou construídos que lhes qualificam e distinguem um de outro”. Os responsáveis por identificar os atributos e reconhecer os valores patrimoniais são chamados de *stakeholders* pela teoria contemporânea da conservação, constituem os atores que se relacionam direta ou indiretamente com o objeto no processo de interpretação e valoração. Ou seja, são as partes interessadas pelo objeto e por sua conservação (VIÑAS, 2011).

Para não correremos o risco de analisar o patrimônio industrial nos distanciando das reflexões teóricas discutidas ao longo dos anos, optamos por estruturar este estudo por meio do conceito de Significância Cultural presente na Carta de Veneza (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1964) e aprofundado na Carta de Burra (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2013), também explorado por Muñoz Viñas (2011) em sua Teoria Contemporânea da Conservação. Elegemos como objeto empírico o sítio industrial da antiga Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT), formada pela união da Fábrica Cachoeira e Fábrica Progresso, ambas situadas no município de Rio Largo, em Alagoas (Figura 1). Escolhemos este exemplar pela complexidade do seu sítio, por não ser reconhecido pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio de Alagoas, não haver propostas para seu acautelamento, e por, mesmo neste contexto, ainda possuir atributos que expressam valores importantes da implantação e atividade da indústria têxtil alagoana do fim do século XIX e início do século XX. Portanto, buscamos caracterizar a vila operária construída pela CAFT, evidenciando sua Significância Cultural enquanto sítio industrial que testemunha um período da história urbana de Alagoas e que merece ser reconhecido como exemplar do patrimônio industrial alagoano.



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, s./d.); Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG, 2021); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2010. *Apud.* RODRIGUES, 2017). Adaptado pelas autoras.

FIGURA 1

Localização do município de Rio Largo em Alagoas, com indicação de sua área urbana e dos edifícios fabris da antiga CAFT. Destaque para a presença do rio Mundaú e da estrada de ferro nas proximidades da antiga fábrica

Seguindo o entendimento de Zancheti *et al.* (2009) de que a Significância Cultural compreende o conjunto dos valores patrimoniais identificados em determinado bem e com validação social, a valoração realizada neste estudo considerou a condição de especialistas de suas autoras, abrindo a possibilidade para futura avaliação de outros *stakeholders*. Para tanto, realizamos a caracterização do sítio industrial da antiga CAFT e sua atual configuração no contexto urbano, com a identificação de seus atributos e valores. A investigação foi iniciada com uma pesquisa bibliográfica e documental a respeito da história da implantação da indústria e sua influência socioeconômica no território ocupado. Durante essa etapa, identifica-se que a complexidade do patrimônio industrial nos conduz a temas relevantes para sua compreensão, como a história social do trabalho, entretanto os abordaremos aqui de forma transversal considerando o escopo desse estudo. No segundo momento, realizamos uma pesquisa de campo que subsidiou a identificação de outros atributos do bem com a observação, descrição e análise das mudanças e permanências no espaço citadino ocorridas até o ano de 2017. Como síntese dos resultados obtidos nessas etapas, apresentamos a Declaração de Significância Cultural, instrumento relevante para o reconhecimento

dos valores dos remanescentes da antiga CAFT e futuras ações para conservação desse patrimônio.

Rio Largo, de vila operária à cidade

A povoação Rio Largo, localizada às margens do rio Mundaú, nasceu em função do engenho de mesmo nome, foi graduada à vila da província das Alagoas em 1830. Inicialmente seu território pertencia ao município de Santa Luzia do Norte, um dos mais antigos núcleos urbanos de Alagoas que foi por muitos anos o polo comercial do vale do rio Mundaú. A prosperidade dessa antiga vila passou a decair quando o traçado da estrada de ferro implantada em 1884 ficou distante da sua aglomeração urbana. Essa ocorrência favoreceu povoações em ascensão, como foi o caso de Rio Largo, passando a ser sede do município aquela pequena aglomeração beneficiada pela ferrovia (MARROQUIM, 1922). A Estrada de Ferro Central das Alagoas comunicava o interior da então província ao fundeadouro de Jaraguá, principal porto de Alagoas localizado na capital Maceió. Essa ferrovia foi uma obra de infraestrutura dos oitocentos que facilitou trocas e fluxos de pessoas e mercadorias, bem como reestruturou formas de ocupação territorial.

Além do engenho Rio Largo, outros dois estavam em suas proximidades e foram beneficiados pela ferrovia: engenho Utinga, atual Usina Central Utinga Leão, e o engenho Cachoeira do Regente (DIEGUES JUNIOR, 2006). O nome deste último, que avizinhava o engenho Rio Largo, indica uma característica marcante do trecho do rio Mundaú onde a povoação estava situada, e consiste numa área acachoeirada cujo relevo é formado por encostas suaves e abruptas. Essa característica geográfica foi propícia para a forma de ocupação do território necessária ao funcionamento da indústria, veremos mais sobre isso em seguida.

Nos últimos anos do Império, Alagoas contava com apenas uma indústria de grande porte que não estava vinculada diretamente ao fabrico do açúcar, nos referimos à Companhia União Mercantil, primeira fábrica têxtil alagoana fundada em 1857 às margens da lagoa Mundaú, que fora beneficiada com a ferrovia no fim do século XIX. Pouco antes do período Republicano, passamos a um contexto diferenciado que teve a abolição da escravatura como destaque nas mudanças socioeconômicas do país. Segundo Paiva Filho (2013, p. 26), neste período houve um avanço no “espírito empreendedor de alguns detentores de capital” que se colocavam cada vez mais envolvidos nas mudanças necessárias ao novo momento.

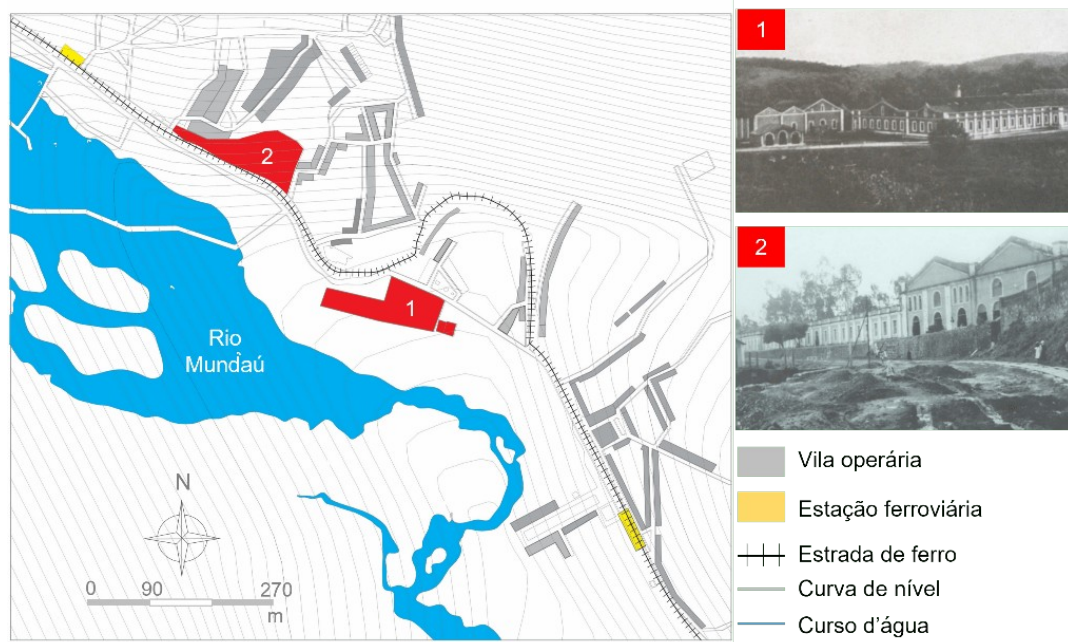
A ampliação do cenário industrial têxtil em Alagoas ocorreu nesse contexto de transição do trabalho escravo para o assalariado.

Almejando por investimentos capitalistas, um funcionário da *The Alagoas Railway Company*, concessionária da Estrada de Ferro Central das Alagoas, o engenheiro Propício Pedroso Barreto idealizou a implantação de uma fábrica têxtil nas proximidades da área acachoeirada do rio Mundaú. As quedas d'água, uma vez represadas e canalizadas, auxiliariam na produção de energia necessária aos motores hidráulicos da fábrica. Outro condicionante importante que chamou atenção do empresário pelo sítio foi a presença da estrada de ferro, pois essa possibilitava o abastecimento de matéria-prima, Alagoas contava com vastas áreas de plantio de algodão, e escoamento da produção. Para concretizar a implantação da segunda fábrica têxtil alagoana, Propício Barreto se uniu a empreendedores locais, dentre eles destacamos a figura do comendador português José Antonio Teixeira Bastos, fundador e um dos principais acionistas da futura CAFT, que trabalhou na direção das fábricas até a sua morte em 1918 (PAIVA FILHO, 2013).

Onde antes estava implantado o engenho Cachoeira Regente, foram edificadas as instalações da Fábrica Cachoeira, em 1888. O edifício fabril estava localizado na cota mais baixa do terreno, na base da área acachoeirada do rio Mundaú. Em 1893, cinco anos mais tarde, no local ocupado pelo engenho Rio Largo, parte mais alta das cachoeiras, foi implantada a segunda fábrica da região e a terceira de Alagoas, Fábrica Progresso (Figura 2).² A união dessas duas unidades fabris formou a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT), em 1924 (FERREIRA; LINS, 1997; RODRIGUES, 2017). Ressaltamos que as fábricas foram implantadas quando Rio Largo ainda estava na condição de vila, sua importância urbana foi reconhecida por meio da dinâmica provocada pela indústria que atraiu para a localidade uma série de novos agentes responsáveis pela sua urbanização.

Em conjunto com a construção dos primeiros edifícios voltados à produção, estava a edificação de estruturas relacionadas ao armazenamento da matéria-prima e dos produtos gerados pela indústria, além da adequação do sítio para melhor operação das atividades fabris. Entre essas intervenções espaciais, temos a construção de um cais para proteger as instalações da fábrica Cachoeira das frequentes enchentes do rio Mundaú. Diante dessas estruturas edilícias, existia a necessidade de abrigar o contingente de operários (homens, mulheres e crianças a partir dos seis anos de idade) e técnicos necessários para o funcionamento da empresa. Enquanto a estrutura da fábrica era erigida, moradias eram construídas.

Ressaltamos que muitos dos técnicos especializados eram de origem estrangeira (PAIVA FILHO, 2013).



Fonte: Espacialização elaborada por Rodrigues (2017), fotografias retiradas de Marroquim (1922) e Paiva Filho (2013). Adaptado pelas autoras.

FIGURA 2

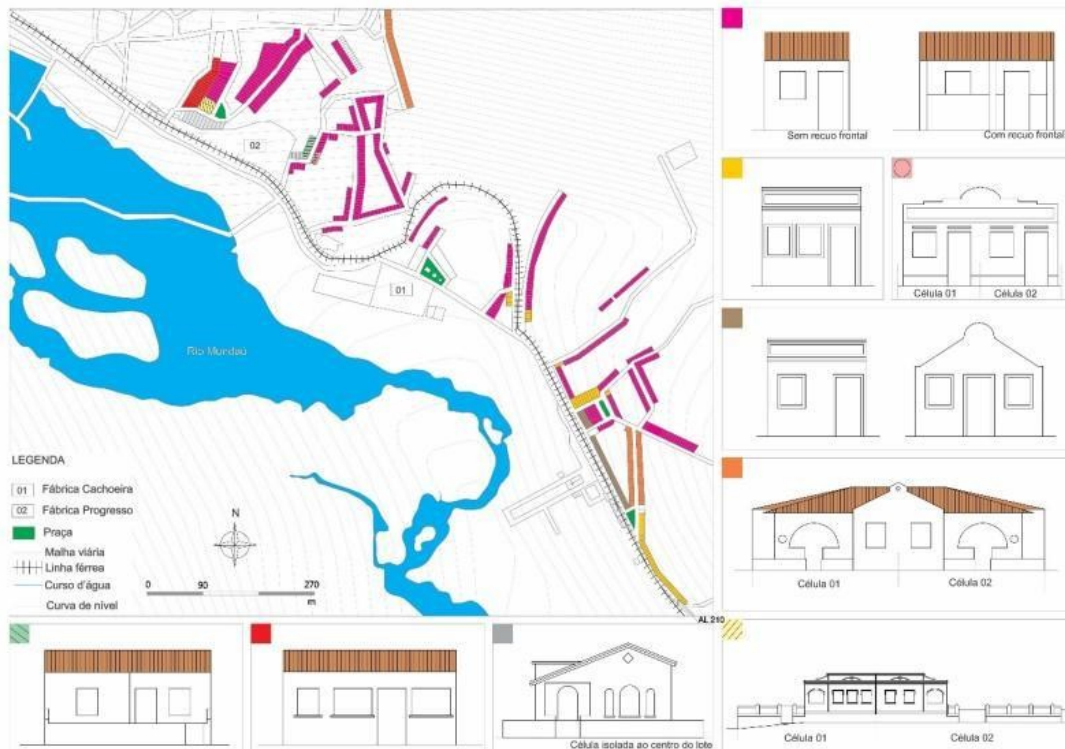
Localização das fábricas Cachoeira (1) e Progresso (2), e os respectivos edifícios de produção dessas unidades fabris

Pelos indícios históricos, sabemos que Rio Largo já era considerada vila no começo do século XIX, portanto, existia na região uma vocação urbana apesar de estar vinculada ao fabrico do açúcar, uma estrutura que pouco se afastava do sistema colonial. Podemos imaginar a transformação da paisagem induzida pelas fábricas Cachoeira e Progresso, que apesar de reproduzirem certos hábitos dos engenhos do passado, possibilitou uma nova dinâmica naquele território. Nos primeiros anos do século XX, a vila operária contava com mais de quatrocentas casas para seus trabalhadores e na década de 1920 contabilizavam quase dois mil operários, essa concentração de pessoas atraía atividades de comércio e serviços que não estavam diretamente relacionadas às fábricas. Diante dessas mudanças, a indústria condicionou a elevação de Rio Largo à cidade e sede do município de Santa Luzia do Norte em 1915 (CASTRO, 2015; MARROQUIM, 1922; PAIVA FILHO, 2013; RODRIGUES, 2017).

Quando propusemos acima que existia elementos no território da CAFT semelhantes à organização dos antigos engenhos com relação a apropriação do espaço e aos aspectos socioeconômicos, nos referimos às similaridades das quais não devemos negligenciar: hierarquia socioespacial e sistemas de controle, mesmo o contexto industrial estando associado às formas de divisão internacional do trabalho. Iniciemos com os modelos arquitetônicos presentes na vila operária. Era comum que a hierarquia da atividade fabril se prolongasse ao espaço ocupado pelos agentes sociais envolvidos. Por exemplo, embora todas as moradias fossem construídas de tijolo e telhas cerâmicas, as casas dos operários de baixo salário seguiam modelos mais simplificados de construção.

Segundo Rodrigues (2017), mesmo a vila operária apresentando variedade nas soluções arquitetônicas, predominavam os modelos de porta e janela com telhava, com cobertura de duas águas. Espacialmente, esses modelos mais simples eram dispostos em conjunto, geralmente nas encostas, em áreas afastadas do edifício fabril, reproduzindo uma segregação socioespacial. Quando essas moradias estavam situadas às margens das vias de acesso ao núcleo industrial, eram ornadas com platibandas, orientadas pelas tendências do ecletismo na arquitetura que estava em voga. Ou seja, verificamos mudanças de modelos, não apenas em decorrência do usuário, mas da localização da edificação. As moradias dos mestres e contramestres, que eram técnicos especializados, ocupavam os melhores terrenos, a implantação de algumas delas era solta no lote, variando entre os estilos neocolonial e eclético (Figura 3).

Dentre as moradias elevadas pelas fábricas, destacamos o palacete eclético construído em 1916 por José Antonio Teixeira Basto para a filha Judith Basto e genro Gustavo Paiva, seu sucessor na diretoria e responsável por significativas mudanças na vila operária durante sua gestão, a partir da década de 1920 (PAIVA FILHO, 2013). Edificado em local estratégico, no ponto alto da encosta, sua localização possibilitava a visualização de toda a vila operária (Figura 4). Essa estratégia disciplinadora e de vigilância demonstra que as relações de poder estavam presentes e expressas nas formas de ocupação do território (CASTRO, 2015; RODRIGUES, 2017). Embora essas constatações aproximem a vila operária aos modelos dos socialistas utópicos do século XIX, elas também demonstram a reprodução de relações de poder adotados nos antigos engenhos dos períodos anteriores.



Fonte: Rodrigues (2017). Adaptado pelas autoras.

FIGURA 3

Moradias na vila operária da antiga CAFT. Destaque para a ocupação nas encostas das moradias que seguiam o modelo arquitetônico de porta e janela.

Na organização espacial da CAFT temos a implantação de equipamentos urbanos sob administração das fábricas, eram elementos que possibilitavam a indústria a influenciar e estar presente em todos os aspectos da vida de seus operários. Reiteramos que essa forma de atuação não era exclusividade da companhia, conforme dito, estava em consonância com práticas e ideologias de longas datas, divisão internacional do trabalho e a consolidação do capitalismo. Em Alagoas, essas novas funções urbanas serviam ainda como uma forma de competir com outras unidades fabris da mesma natureza, antes da década de 1920 contávamos com dez fábricas têxteis distribuídas em território alagoano. Foi nesse contexto que a vila operária da CAFT passou a se expandir e a ganhar cada vez mais visibilidade frente às demais.

Desde o início da implantação da vila operária havia planos para edificar equipamentos dedicados à educação e prática religiosa, porém somente após anos de atividade fabril essas propostas foram concretizadas. Data de 1919 a

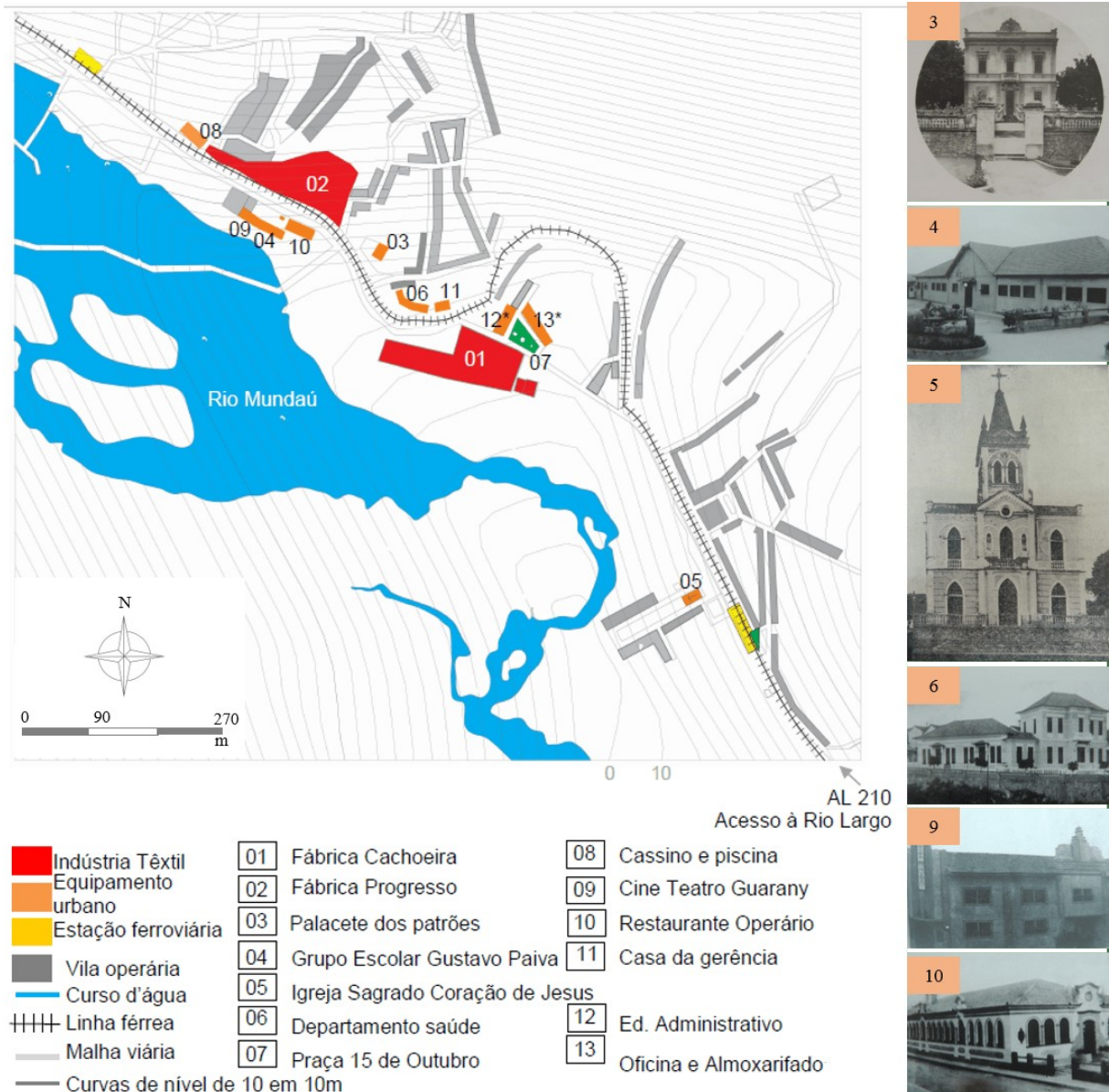
inauguração da primeira instituição de ensino da cidade de Rio Largo, posteriormente denominada Grupo Escolar Gustavo Paiva. Instalado em frente ao edifício da fábrica Progresso, seu objetivo era fornecer educação aos operários aos moldes das fábricas. Eram fornecidos pela companhia todos os itens necessários a formação do educando, de material escolar ao vestuário, além de financiar os eventos promovidos pelo grupo escolar (FERREIRA; LINS, 1997; RODRIGUES, 2017). Outra edificação erigida seguindo o viés ideológico foi a Igreja Sagrado Coração de Jesus. O projeto de sua capela estava pronto desde o final do século XIX, ocupava a parte baixa da cidade nas proximidades da fábrica Cachoeira, sua arquitetura possui referências neogóticas (Figura 4).

Dentre os equipamentos de maior destaque construídos na primeira metade do século XX podemos citar o Departamento de Saúde, erigido em 1927 em estilo neocolonial. Nele, como o próprio nome diz, havia prestação de serviços de saúde aos operários, assim em caso de acidente não havia necessidade do deslocamento à capital Maceió. Além dos primeiros socorros, o edifício contava com laboratórios clínicos e uma creche, onde as operárias podiam deixar seus filhos durante o turno de trabalho. Os equipamentos de assistência dividiam o espaço da vila operária com equipamentos de lazer. Em 1938 foi inaugurado um Cassino. Em 1942 foi a vez da inauguração de um edifício em estilo art déco que abrigava o Cine Teatro Guarany, e um ano depois foi inaugurado o Restaurante Operário em estilo neocolonial (Figura 4) (RODRIGUES, 2017).

Conforme a figura 4, além dos edifícios supracitados, a companhia edificou uma casa para gerência, a praça 15 de Outubro, edifício administrativo, oficina e almoxarifado. Percebemos que, com exceção dessas três últimas obras e da Igreja Sagrado Coração de Jesus, os equipamentos urbanos construídos pela antiga CAFT estavam localizados nas proximidades da fábrica Progresso, segundo Rodrigues (2017, p. 85),

especula-se que as constantes enchentes do rio Mundaú que atingiam principalmente a parte baixa de Rio Largo, região onde fica a Fábrica Cachoeira, justifiquem essa concentração. Existem outras possibilidades para a escolha da localização: (i) a proximidade com o palacete do patrão, o que garantia maior vigilância das atividades dos operários (CASTRO, 2015); (ii) a questão geomorfológica do sítio, pois estão na área mais plana da cidade; (iii) a funcionalidade por meio de um zoneamento voltado às atividades urbanas; (iv) embelezamento do acesso principal do sítio, pois eram edifícios que representavam os estilos arquitetônicos em voga, diferente da

maioria das moradias dos operários que estavam por trás desse percurso linear.



Fonte: Espacialização elaborada por Rodrigues (2017) e fotografias retiradas de Paiva Filho (2013). Adaptado pelas autoras.

FIGURA 4
Vila operária da antiga CAFT com a identificação dos principais equipamentos urbanos edificados pela empresa

A organização territorial de Rio Largo esteve relacionada às atividades das fábricas que assumiram funções urbanas próprias de uma cidade industrial, influenciando todas as esferas da vida de seus operários e de outros agentes que constituíam a cidade. Não podemos considerar que a CAFT e as demais vilas

operárias construídas pelas fábricas têxteis de Alagoas estavam isoladas em seus sítios, pois eram recorrentes o intercâmbio entre elas, seja através dos momentos festivos ou até nos campeonatos de futebol, tão comuns nos núcleos operários.

As discussões a respeito dos motivos que levaram ao encerramento das atividades fabris da CAFT não são claras na literatura. Lessa (2013) indica que a competitividade com o investimento paulista na produção do algodão inviabilizou a continuidade das indústrias têxteis alagoanas, o autor destaca também que o enfraquecimento das atividades aconteceu após a legislação trabalhista imposta na Revolução de 1930. Outras possíveis causas estão associadas a problemas na gestão da empresa, pragas que atingiam as lavouras de algodão e as constantes cheias do rio Mundaú que danificavam os maquinários (CASTRO, 2015; PAIVA FILHO, 2013). Diante desses supostos motivos, a fábrica Cachoeira foi a primeira a ter suas atividades encerradas, em 1968, enquanto a fábrica Progresso persistiu até a década de 1980. O desmonte fabril também levou ao fim as atividades operadas nos equipamentos urbanos erigidos pelas fábricas. Após o falecimento de Gustavo Paiva em 1943, seus herdeiros passaram a comandar as atividades industriais até seu encerramento, tendo posse ainda hoje de parte significativa dos imóveis remanescentes do período áureo da vila operária.

Significância Cultural do sítio industrial rio-larguense

Conforme visto na seção anterior, a vila operária da antiga CAFT pode ser considerada um testemunho da industrialização em Alagoas, um patrimônio industrial. Contudo, seus remanescentes não são reconhecidos em nenhuma instância dos órgãos patrimoniais, nem mesmo pelo município. Discorrendo sobre o reconhecimento e tutela dos edifícios e conjuntos que compõem o patrimônio industrial, Rufinoni (2013) aponta que o desafio está nas especificidades que esse bem apresenta. De acordo com a autora, no geral a composição arquitetônica dos edifícios e sítios industriais raramente são alvos de apreciação estética, pela racionalização e funcionalidade que essas edificações possuem. Rahola (2007) alerta sobre a falta de singularidade das edificações industriais, pois muitas seguiam um modelo arquitetônico estandardizado, diferindo dos outros tipos patrimoniais.

No caso da CAFT conseguimos verificar um antagonismo a essas proposições, pois seus edifícios foram construídos seguindo os preceitos estéticos

da arquitetura da época, até mesmo aqueles voltados à produção, como as instalações das fábricas que adotaram o movimento neoclássico na composição de suas fachadas. Ao fazermos uma análise comparativa entre fotos de períodos distintos, conseguimos perceber a atenção pela estética com a atualização da fachada da antiga fábrica Progresso, numa tentativa de dotá-la de elementos da modernidade, como a adoção de platibanda escalonada em conformidade com o movimento modernista do século XX (Figura 5). Portanto, na escala da arquitetura é possível atribuir um valor estético e arquitetônico às principais edificações que compunham a CAFT.



Fonte: Rodrigues (2017).

FIGURA 5

Processo de atualização na fachada da antiga fábrica Progresso. No início do século XX a fábrica ainda apresentava seu coroamento triangular e vãos de abertura em arcos plenos, a fotografia registrada em 2016 evidencia a platibanda escalonada e os vãos em verga reta

Esse valor arquitetônico também pode ser atribuído às construções voltadas à moradia da vila operária. Entre os diversos modelos edificados, podem ser encontrados aqueles que seguiam o estilo eclético e até mesmo a tipologia bangalô, difundida no século XX. Mas, não podemos negligenciar a presença da maioria das moradias que se configuravam como casas de porta e janela. Essas casas eram construídas geminadas ocupando em sua maioria as encostas, ou seja, podendo ser vistas em diversos pontos da vila operária. Para Marroquim (1922, p. 197), as linhas de casas sobre as encostas faziam da CAFT um lugar “pitoresco”. Essas casas em fita que seguem as curvas do relevo possibilitaram uma apreciação estética que não poderia existir se a unidade habitacional fosse percebida isoladamente, é o grupo que lhe confere valor estético, ou seja, um valor de

conjunto e de paisagem que podem ser atribuídos para todos os elementos de composição da vila operária.

Outra observação posta por Rufinoni (2013) sobre as especificidades do patrimônio industrial está a sua dimensão urbana, e nesse aspecto a organização espacial desenvolvida pela CAFT confirma o quanto a composição adotada e a infraestrutura existente e implantada foram propícias à atividade das fábricas. Nesse sentido, conseguimos atribuir aos remanescentes industriais inúmeros valores que os conferem significância cultural. Iniciamos com o valor de origem, pois a vila operária edificada pela CAFT estabeleceu uma nova configuração naquele território, com um modelo de ocupação espacial que ainda hoje persiste na paisagem de Rio Largo, e proporcionou uma dinâmica urbana a um lugar que até então possuía um caráter rural. As fábricas foram responsáveis por uma organização social inexistente na vila de Rio Largo do início do século XIX.

A cidade e a fábrica podem ser vistas como um sistema racionalmente organizado, carregado de valor urbanístico. Este está expresso no traçado urbano implantado pela CAFT, na forma de apropriação do ambiente natural e na espacialidade da ideologia industrial. As escolhas urbanísticas e as funções urbanas empregadas são atributos que tangenciam esse valor com aqueles que expressam o valor ideológico da vila operária. Sem dúvida, este último teve um amplo papel modelador da concepção urbanística da CAFT. Aliado a esses valores, temos o valor sociocultural como representante do modo de vida que a fábrica implantou, buscando aplicar o que se entendia como civilidade e disciplina em sua zona de controle.

Outro valor que devemos atribuir é o valor econômico presente na maioria dos elementos que compunham a paisagem de Rio Largo. Destacamos os condicionantes naturais e antrópicos existentes no território que chamaram atenção do idealizador da CAFT no final do século XIX, a tríade formada pelo rio Mundaú, relevo e estrada de ferro. O território contava com uma estrada vicinal, atual rodovia estadual AL-210, conhecida por estrada de chão. Esses elementos foram significativos para a implantação da vila operária construída de forma linear, seguindo o caminho natural do rio Mundaú e das encostas existentes. Do rio era extraída a força motriz para o movimento dos teares das fábricas, da estrada de ferro e “estrada de chão” tinha a circulação de pessoas e mercadorias, o relevo facilitava as práticas de vigilância e controle da fábrica sobre a vida dos operários. Muitas intervenções no território foram realizadas para adequá-lo às atividades

fabris, desde um cais para proteger as instalações da fábrica Cachoeira das enchentes do rio Mundaú, a um sistema de coleta de água que abastecia a fábrica Progresso, implantada a pouca distância do rio. Essas ações antrópicas na paisagem natural somada com o maquinário das fábricas e sistemas construtivos das edificações, conferem a vila operária um valor tecnológico.

Os atributos até aqui expostos foram aqueles que puderam ser identificados com a caracterização histórica da antiga vila operária. Contudo, ao darmos continuidade ao reconhecimento da sua Significância Cultural, notamos que os remanescentes da CAFT demonstram a dinamicidade dos significados que um objeto pode representar, pois os valores são alterados de acordo com as pessoas afetadas pelo bem e pelas circunstâncias que o objeto e essas pessoas vivenciam (VIÑAS, 2011). Os significados e valores da CAFT foram modificados pelo novo momento histórico marcado pelo desmonte fabril. Se antes representou o progresso industrial da cidade de Rio Largo, com o encerramento das atividades os remanescentes da paisagem urbano-industrial da CAFT passaram a simbolizar a estagnação do lugar. Assim, alguns dos atributos de outrora foram ressignificados, por exemplo, os atributos que conferiam valor sociocultural ainda hoje são rememorados com saudosismo pelos habitantes locais e descendentes de ex-operários, como os torneios de futebol, desfiles cívicos e da banda feminina de jazz, a primeira do Brasil. Entretanto podemos ressignificar o antigo valor sociocultural identificando um valor afetivo, uma vez que as memórias a essas atividades e eventos fazem correspondências a significados individuais, uma relação simbólica das pessoas com o lugar e ocorrências do passado.

Com o encerramento das atividades de produção, todas as outras que estavam direta ou indiretamente relacionadas às fábricas findaram. No entanto, alguns atributos permaneceram, sobretudo aqueles que representavam aspectos de composição urbana, paisagística e arquitetônica. A ressignificação ficou a cargo do desuso das antigas instalações, os edifícios fabris e equipamentos urbanos. A ocupação dos espaços, como a permanência de ex-operários nas moradias e dos herdeiros no palacete eclético, indica um valor de uso a essas estruturas. Algumas dessas moradias foram desocupadas e caíram em desuso após a enchente do rio Mundaú ocorrida em 2010, um marco na história da cidade pois destruiu parte significativa da vila operária nas proximidades da antiga fábrica Cachoeira (Figura 6).



Fonte: Castro e Almeida, 2010.

FIGURA 6

Trilhos da estrada de ferro atingidos pela enchente de 2010 e moradia da vila operária sendo desocupada nas imediações da fábrica Cachoeira



Fonte: Rodrigues (2017). Adaptado pelas autoras.

FIGURA 7

Estação ferroviária Gustavo Paiva (1) e Igreja Sagrado Coração de Jesus (2)

Observando a atual configuração urbana de Rio Largo, percebemos que a vila operária da CAFT não construiu barreiras espaciais com a cidade aberta, aqui entendida como aquela que estava fora da gestão da indústria. À CAFT atribuímos a origem do núcleo urbano do município, pois foi a partir de sua vila operária que se formaram outras aglomerações no território. O antigo sítio industrial não está apenas inserido no contexto citadino, ele representa o prolongamento do espaço fabril à cidade e é a partir dele que resulta a continuidade espacial observada em Rio Largo. Essa percepção existe logo no ingresso à cidade, quando proveniente da capital Maceió, encontramos a Igreja Sagrado Coração de Jesus em condição de integridade física, mantida pelos herdeiros da CAFT. Essa edificação mantém os valores ideológico, sociocultural e arquitetônico de outrora, mas também lhe são atribuídos valores afetivo e de uso. Nas proximidades da igreja temos a estação da estrada de ferro, ainda em operação (Figura 7).

A expansão da cidade ocorreu na parte alta das encostas, nas proximidades da fábrica Progresso. Acreditamos que as recorrentes cheias do rio Mundaú dificultaram a ocupação no entorno da antiga fábrica Cachoeira. A baixa densidade construtiva nessa área da cidade possibilita uma leitura mais clara do traçado original da vila operária, apesar das perdas materiais decorrentes da última enchente, e reforça a continuidade do valor paisagístico do sítio por meio de seus elementos naturais: rio, encostas e vegetação densa. Compondo essa paisagem encontramos as ruínas da fábrica Cachoeira e dos edifícios de entorno, conferindo um valor de antiguidade ao local. Por muitos anos as antigas instalações fabris estiveram em desuso, porém em 2017 foram identificadas adaptações para atender a necessidades funcionais, tão necessárias à arquitetura.

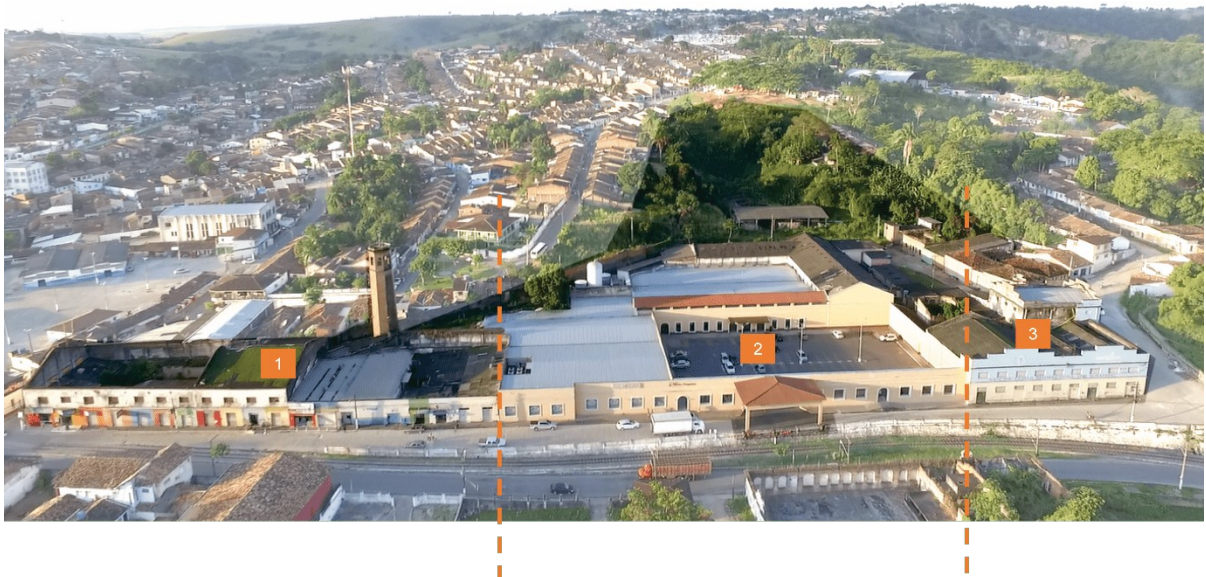


Fonte: Rodrigues (2017). Adaptado pelas autoras.

FIGURA 8

Vistas aéreas frontal e posterior da fábrica Cachoeira e entorno imediato, respectivamente. Ruínas da antiga fábrica Cachoeira com reuso parcial de suas instalações (1); antigo edifício administrativo (2); antiga oficina e almoxarifado (3); praça 15 de Outubro (4)

A fábrica Progresso desde quando estava em atividade apresentava sinais de atualização em sua estrutura, dentre elas identificamos a estilística. A essa busca pela novidade apontamos um valor de atualidade, as intervenções em suas instalações sejam funcionais ou estilísticas colocam o edifício no tempo presente. Diferente dos remanescentes da fábrica Cachoeira, o edifício da fábrica Progresso está fragmentado, com uso comercial e institucional. Entendemos que a localização da antiga fábrica favoreça a sua vocação para adoção de novas funções, pois está na região central da cidade. O edifício se apresenta conforme o seguinte desmembramento: o lado esquerdo de sua fachada principal é ocupado por pequenos comerciantes e empresas prestadoras de serviços; no corpo central foi feita uma reforma que reconstruiu elementos arquitetônicos do passado para abrigar o *Shopping* Fábrica Progresso; o terceiro fragmento do edifício abrigou funções da gestão pública, contudo no momento de nossa pesquisa de campo se encontrava em desuso (Figura 9).



Fonte: Rodrigues (2017). Adaptado pelas autoras.

FIGURA 9

Destaque para o edifício da antiga fábrica Progresso e seu desmembramento em três partes: pontos comerciais (1), *Shopping* Fábrica Progresso (2) e parcela em desuso (3)

Apesar da vocação para o reuso das instalações fabris na parte alta da cidade, alguns remanescentes seguiram ao processo de arruinamento, a pátina do tempo representa o valor de antiguidade da vila operária. Aludimos ao antigo Departamento de Saúde, Grupo Escolar Gustavo Paiva e ao Restaurante Operário, que se apresentam em crítica situação de abandono. Em oposição a essas condições, encontramos o edifício do antigo cine teatro, com uso adaptado à função religiosa, assumindo novos significados coletivos e individuais (Figura 10).



Fonte: Rodrigues (2017). Adaptado pelas autoras.

79

FIGURA 10
Vista aérea do estado das ruínas do antigo Restaurante Operário (1), Grupo Escolar Gustavo Paiva (2) e edifício Cine Teatro Guarany (3) atualmente convertido para função religiosa. Destaque para a represa do rio Mundaú nos fundos das edificações

Os remanescentes da antiga CAFT representam quatro temporalidades que se confundem com a história de Rio Largo: apogeu da indústria têxtil, falência e desmonte fabril, enchente do rio Mundaú em 2010, reinserção de parte das instalações industriais à urbanidade. Diante da dinamicidade de seus valores, alguns extintos e outros ressignificados, entendemos que todos eles estão alinhados ao valor histórico e documental da vila operária. Nesse sentido, retornando a um dos desafios à conservação do patrimônio industrial apresentado por Rufinoni (2013), no que diz respeito a sua dimensão urbana, o sítio da antiga CAFT possui como especificidade o fato de estar sob a tutela dos herdeiros dos antigos proprietários, que possuem o direito de intervir livremente em seus próprios bens, sem considerar o rigor das cartas patrimoniais e teorias da conservação e do restauro. A tutela das instalações pelos herdeiros é movida por valores afetivos e

econômicos dos familiares. Essa gestão provoca um conflito de interesses entre os *stakeholders* interessados na conservação do que seria o centro histórico de Rio Largo. As pessoas envolvidas são representadas pelo poder público, iniciativa privada (herdeiros) e a comunidade geral. Acreditamos que a permanência histórica da influência territorial e ideológica da família dificulta qualquer ação de conservação desse bem pela instância governamental.

Conforme as indicações da Carta de Burra (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2013), referenciada na Carta de Nizhny Tagil para o patrimônio industrial (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2003), uma das etapas para a gestão de conservação do patrimônio cultural consiste na identificação de sua Significância Cultural. Após elencarmos os valores patrimoniais como fizemos acima, apresentamos abaixo a Declaração de Significância Cultural escrita a partir da interpretação do bem por Rodrigues (2017) durante o período estudado. Esse documento é um importante instrumento para elaboração de um plano de conservação centrado nos valores, portanto é dinâmico e mutável, necessitando passar por constantes atualizações (LINS, 2014).

Declaração de Significância Cultural dos remanescentes industriais da antiga CAFT

Responsável por atribuir um caráter urbano à antiga vila de Rio Largo, elevada à cidade por seu desenvolvimento socioeconômico, a antiga Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT) moldou parte do território da cidade à ideologia industrial do final do século XIX. É um exemplar do patrimônio industrial alagoano que representa em sua morfologia reflexos do modelo urbanístico fundado pelos socialistas utópicos dos séculos XIX e XX. Esse modelo urbano sobrepõe os valores econômicos, tecnológicos, socioculturais e ideológicos do sítio. A influência e ideologia da antiga CAFT foram profundamente empregadas de maneira que as consequências históricas dos processos de industrialização e desindustrialização dos quais suas instalações passaram ainda são sentidas no espaço urbano rio-larguense.

À CAFT pode ser atribuído um valor urbanístico, pois se constituiu como sítio industrial que representa a estreita relação entre indústria e ambiente, natural e cultural. Esta empresa criou uma paisagem urbano-industrial peculiar, caracterizada pelo ambiente natural com seu relevo de encostas suaves e acidentadas e pelo rio Mundaú. Mas também com seu ambiente cultural representado pelos edifícios de produção fabril e de administração, pelos edifícios voltados às ações socioculturais, pelas moradias que constituíam a vila operária e pela linha férrea.

A cada edifício que compõe o sítio da antiga CAFT é possível atribuir valores arquitetônicos, seja quando apreciados individualmente ou quando observados na condição de conjunto associando-os ao ambiente natural, imprimindo também um valor

paisagístico. A construção de conjuntos de moradias que seguem o desenho do relevo demonstra que há uma organicidade em sua morfologia pela apropriação da topografia local, aspecto que favorecia a vigilância e controle do patrão. A linearidade na implantação dos equipamentos urbanos e dos edifícios industriais também segue um desenho orgânico, tendo como referência o percurso do rio Mundaú.

O sítio da antiga CAFT é um exemplar que registra a memória do trabalho em Alagoas. Sua materialidade expressa tanto um sistema urbano articulado a um modo de produção, como um modelo de vida urbano centrado no trabalho industrial. Essa característica aliada aos valores ideológicos e socioculturais incorporados na antiga CAFT leva à atribuição do valor afetivo por parte da população que sofreu influências diretas ou indiretas do período áureo da indústria têxtil.

O legado da antiga CAFT retrata os dois períodos que marcaram uma mudança na dinâmica do lugar: o progresso e a falência econômica. O sítio industrial de reconhecido valor histórico também representa um valor documental, pois imprime em sua materialidade acontecimentos históricos que marcaram a memória dos habitantes da cidade de Rio Largo, tanto dos que vivenciaram o período áureo da indústria quanto dos mais recentes. Como exemplo de maior expressividade tem-se o evento da enchente de 2010 que deixou marcas em edificações que constituem parte do sítio.

A vocação funcional e econômica das antigas instalações industriais convive com a pátina do tempo das edificações que se encontram em processo de arruinamento. O sítio da antiga CAFT representa a persistência do valor de uso e econômico do patrimônio industrial. Tem como peculiaridade a permanência dos herdeiros da antiga empresa na cidade e na gestão dos seus remanescentes.

O conjunto desses atributos e valores demonstra as potencialidades de um modelo urbano centenário, fundado e ainda mantido por uma empresa, responsável por profundas mudanças socioculturais e tecnológicas na cidade onde se implantou, e que ainda possui vocação funcional e econômica. Os valores listados, e outros que podem surgir na medida em que as pessoas afetadas se debruçam sobre o exemplar que é marco referencial na cidade, são dignos de conservação para usufruto e (re) conhecimento de sua memória industrial pela geração presente e futura (RODRIGUES, 2017, p. 152-154).

O texto da Declaração acima apresenta a síntese dos atributos e valores da antiga CAFT, e a partir dele é possível a indicação de diretrizes que orientem a conservação da vila operária. Portanto, devemos considerar que toda ação realizada sobre um bem cultural deve buscar a manutenção da sua capacidade em comunicar seus atributos e valores, o próprio interesse pela conservação deve partir deles (RIEGL, 2014; VIÑAS, 2011). A significância do sítio industrial da CAFT tangencia significados individuais e sociais, formando valores articulados que dialogam entre si. Os significados individuais são carregados pelos valores afetivos que conduzem a rememoração de fatos do passado. Enquanto os significados sociais são aqueles valores que traduzem a relevância do sítio seja quando

utilizados para fins de estudos acadêmicos seja pela sua importância na construção das identidades coletivas do local.

Considerações finais

Os remanescentes da CAFT constituem um representante da história da urbanização e industrialização em Alagoas, distante do eixo da cultura do açúcar tão evidenciado pela historiografia do estado. Diante dos valores atribuídos ao longo da pesquisa, interpretados a partir da imersão sobre a história e a configuração urbana de Rio Largo, foi possível perceber a importância dos remanescentes industriais como testemunhos das temporalidades produzidas no espaço citadino. Pudemos apontar valores do passado que permaneceram ou foram ressignificados, mas que fortalecem a relevância da vila operária na formação de identidades locais. A CAFT é referência de um modelo urbano que reproduzia a ideologia do capitalismo industrial, e se adequou às especificidades do sítio ao se apropriar do território e criar uma paisagem distinta que se contrapunha daquela anterior à implantação da indústria.

Reforçamos nossa surpresa quanto ao escasso reconhecimento pelos órgãos de patrimônio do estado com relação aos remanescentes do patrimônio industrial, sejam aqueles presentes no campo ou os que possibilitaram e aceleraram a urbanização em determinadas localidades, como foi o caso da antiga CAFT. No momento desta pesquisa, não foram identificados estudos ou propostas de acautelamento do complexo fabril pelos órgãos competentes do patrimônio. A atuação sobre o exemplar aqui estudado estava sendo feita seguindo os interesses dos proprietários, cujas ações demonstravam a hegemonia do valor econômico sobre os demais valores que podemos atribuir às antigas instalações. As intervenções identificadas não demonstravam o entendimento do valor de conjunto do sítio industrial, eram pontuais e isoladas. A negligência da significância cultural dos remanescentes da CAFT coloca o bem como mero objeto de reprodução de capital. O silenciamento da gestão municipal de Rio Largo na proteção do sítio demonstra a permanência do valor ideológico da empresa, representado sobretudo pela relação entre terra e poder. Esse aspecto dificulta a atuação dos *stakeholders* na conservação desse bem.

Por isso a importância de investigações que não apresentem apenas os atributos históricos, mas que evidenciem as particularidades, valores e significados,

sejam individuais e sociais, que reafirmem a necessidade de olhar para esses bens como elementos fundamentais à compreensão da organização de territórios e que demonstrem a necessidade de atuação de diversos agentes no processo de valoração. Dessa maneira, consideramos que a identificação da Significância Cultural da CAFT e de outros exemplares da mesma natureza é um caminho possível para o reconhecimento e tutela desses bens enquanto patrimônio cultural a ser conservado.

NOTAS

- ¹. Até a data do presente estudo, há dois exemplares em processo de tombamento pela União desde a década de 1980, nos referimos às vilas operárias da Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia, cujo processo foi iniciado em 1984, e da antiga Fábrica Carmem, com processo datado de 1987 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016). Esta última foi a primeira fábrica têxtil de Alagoas, implantada em meados do século XIX com o nome de Companhia União Mercantil. Segundo Auro (ANO, p. 136), essa ausência de reconhecimento e a falta de conclusão dos processos “significa que há um silenciamento de trinta anos pela União na busca pela salvaguarda do legado industrial têxtil de Alagoas”. No início de 2022, foi divulgada a fase final de uma intervenção nas instalações da antiga Fábrica da Pedra, a proposta recuperou elementos arquitetônicos da fábrica e construiu anexos para transformar o edifício em um centro comercial.
- ². Alagoas contou com treze fábricas têxteis fundadas entre meados do século XIX e do século XX, foram: Companhia União Mercantil (1857, Maceió), fábricas Cachoeira e Progresso (1888 e 1890, Rio Largo), fábricas Pilarense I e II (1893 e 1909, Pilar), fábrica Penedense (1893, Penedo), fábricas Alexandria e Santa Margarida (1911 e 1914, Maceió), fábricas São Miguel e Vera Cruz (1913 e 1926, São Miguel dos Campos), fábrica Norte das Alagoas (1926, Maceió) e fábrica Marituba (1949, Piaçabuçu).

AGRADECIMENTOS

Este artigo foi resultante de uma pesquisa mais ampla realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, que resultou na dissertação de mestrado intitulada *Conservação do patrimônio cultural: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL*. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES) por fomentar o desenvolvimento dessa investigação durante os anos de 2015 e 2017.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figueirôa. Caracterização dos atributos dos bens patrimoniais. In: ZANCHETI, S. M.; LACERDA, N. (org.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012, p. 148-157.

CASTRO, Cristine Gonçalves de. *Relações de poder no complexo fabril têxtil de Rio Largo: identificação inter-relações socioespaciais*. 2015. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

CASTRO, Cristine Gonçalves de; ALMEIDA, Luiz Savio de. Uma viagem sentimental a Cachoeira. *O Jornal*, Maceió, 25 jul. 2010. Espaço, Cadernos b4-b5.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana-de-açúcar na vida e na cultura regional*. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

FERREIRA, Lauriceres Borba.; LINS, Ana Maria Moura. A educação em Rio Largo: notas para compreender a importância da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos e a criação de instituições escolares (1915-1970). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 4., 1997, Campinas. *Anais...* Campinas, p. 485-490, 1997.

IBÁÑEZ, María Rosario Alonso. Patrimonio industrial y ordenación del territorio. *ÁBACO*, Gijón, n. 19, p. 91-102, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*. 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_marco_2016.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. *International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites* [1964]. Disponível em: http://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf. Acesso em: 30 abr. 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. *The Nizhny Tagil charter for the industrial heritage*. 2003. Disponível em: <http://international.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-e.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. *The Burra Charter*. 2013. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LESSA, Golbery Luiz. Trama da memória, urdidura do tempo: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos. In: LESSA, G. L.; TENÓRIO, D. A. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: SEBRAE, 2013.

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa. A Declaração de Significância como instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural. *Architecton: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 4, n. 7, p. 13-23, 2014. Disponível em: <http://portaldoarquiteto.com.br/wp-content/uploads/2015/10/artigo2.pdf>. Acesso em 30 mar. 2021.

MARROQUIM, Adalberto Afonso. *Terra das Alagôas*. Roma: Ed. Maglioni Strini, 1922.

PAIVA FILHO, Arnaldo Pinto Guedes de. *Rio Largo: cidade operária*. Maceió: SENAI/AL, 2013.

RAHOLA, Eusebi Casanelles. Nuevo concepto de Patrimonio Industrial: evolución de su valoración, significado y rentabilidad en el contexto internacional. *Bienes Culturales: Revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español*, n. 7, p. 59-70, 2007.

RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua gênese*. Tradução de W. R. D. e A. F. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Rosemary Lopes. *Conservação do patrimônio cultural: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL*. Maceió, 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp; Edusp, 2013.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Contemporary theory of conservation*. Nova York: Routledge, 2011.

ZANCHETI, Silvio Mendes *et alii*. Judgement and validation in the Burra Charter Process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. *City e Times*, Olinda, v. 4, n. 2, p. 47-53, 2009. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Rosemary Lopes Rodrigues é Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), câmpus de São Carlos. Graduada e Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), câmpus Jacareí).

Lúcia Tone Ferreira Hidaka é Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestra e Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Como citar:

RODRIGUES, Rosemary Lopes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. Significância Cultural dos remanescentes da antiga Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, Rio Largo / Alagoas. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 1, p. 61-85, jan./jun. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.